

Protocolo Eletrônico

Ministério Público do Estado do Tocantins

Protocolo 07010592187202391

Assunto: Comunicar - 920065 - Audiência

920065 - AUDIÊNCIA

Procedimento: 2021.0006906

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 23ª Promotoria de Justiça de Palmas realizou aos 12 de maio de 2023, das 14h às 18h, Audiência Pública, nos termos dispostos na Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como objeto, o debate e discussão sobre os possíveis danos à ordem urbanística decorrente da instalação de ciclovia ao lado do canteiro central da avenida Tocantins, nesta capital, visando colher elementos para instruir procedimentos instaurados na 23ª Promotoria de Justiça de Palmas, bem como buscar ideias e informações para a solução dos problemas diagnosticados junto a representantes do setor público, privado, da sociedade civil organizada e da comunidade interessada.

Local: Auditório da Escola de Tempo Integral Caroline Campelo, localizada na Rua SF 11 APM 07, s/n - Setor Santa Fé II, Taquaralto, Palmas - TO.

Mesa: A mesa de trabalhos foi composta exclusivamente pela Promotora de Justiça titular da 23ª Promotoria de Justiça de Palmas, Doutora Kátia Chaves Gallieta, que presidiu a Audiência Pública.

Abertura: Os trabalhos foram iniciados às quatorze horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e três pela presidente da mesa, Promotora de Justiça, Doutora Kátia Chaves Gallieta. Dando início aos trabalhos cumprimentou todas as autoridades e cidadãos presentes e fez uma breve introdução dos dispositivos e regras da Audiência Pública. Na sequência se apresentou e destacou a necessidade da participação dos órgãos municipais responsáveis, da sociedade civil organizada e dos cidadãos para o enfrentamento do problema causado pela implantação da ciclovia ao lado do canteiro central da avenida Tocantins. Esclareceu que durante a Audiência Pública pretende receber dos participantes contribuições para a solução do problema.

Debates: Iniciando os debates e exposições, a Promotora de Justiça presidente da mesa, passou a palavra para a arquiteta Denise Rech, que apresentou estudos relacionados ao tráfego da avenida Tocantins feitos pelo IPUP e a proposta de estabelecer vias de sentido único e rotatórias com 3 faixas no perímetro de Taquaralto para melhorar o fluxo de veículos. Na sequência foi passada a palavra à primeira inscrita Sra. Cida Rozeno, Presidente do Conselho Municipal das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Palmas, que expôs que percebe que os pedestres têm dificuldade para andar nas calçadas da avenida Tocantins, tendo em vista que as calçadas estão ocupadas por mercadorias. A segunda inscrita, Sr. Zenita Dias Cardoso, comerciante e moradora do Setor Sul, relatou que as duas faixas que foram instaladas na avenida Tocantins atrapalha o tráfego, que a exposição de mercadorias nas calçadas não atrapalha os pedestres e reclamou que o tráfego está excessivamente lento. O terceiro inscrito, Sr. Marcelo Moreno, Presidente da Associação de Moradores do Centro de Taquaralto, relatou que é morador da região de Taquaralto, reclamou da falta de sinalização na Rua 13, que segundo ele causa acidentes de trânsito, sugeriu o estudo sobre a possibilidade de implantar um anel viário para diminuir o tráfego, manifestou apoio a proposta de apresentada pelo IPUP de tornar a avenida Tocantins em mão única e informou que não sabe se é viável a retirada da ciclovia da avenida Tocantins. Ao final, relatou que alguma coisa precisa ser

feita para diminuir a quantidade de acidentes. A quarta inscrita, Maria Helena da Silva Guimarães, Presidente da Associação de Moradores do Setor Sul - AMASSUL, relatou que reside em Taquaralto há 29 anos, que percebe que o tráfego é lento e que concorda com a instalação dos bolsões de estacionamento, conforme proposto pelo IPUP, e que não compreendeu direito o restante da proposta do IPUP em relação às vias de sentido único, diante da dificuldade de fazer retorno. O quinto inscrito, Sidney da Mota Barros, comerciante, iniciou falando que existe uma dificuldade de trazer os representantes do comércio local, tendo em vista que estão todos ocupados. Relatou que a ciclovia instalada na avenida Tocantins está prejudicando os comerciantes, tendo em vista que dificulta o acesso dos clientes. Ao final manifestou discordância da proposta feita pelo IPUP de estabelecer sentido único para a avenida Tocantins e Rua 13. A sexta inscrita, Deputada Estadual Janad Valcari, afirmou que a implementação de bolsões de estacionamento lateral pode atrapalhar outros comércios e discordou da proposta do IPUP de implantar o sentido único na avenida Tocantins. Esclareceu que a retirada da ciclovia e a instalação subterrânea da rede de distribuição de energia elétrica melhorará sobremaneira o tráfego de veículos e pessoas. Relatou que o estacionamento fácil é essencial para alavancar as vendas dos comerciantes. O sétimo inscrito, Antoniel de Oliveira, Presidente da Associação de Moradores do Taquari, expôs que entende que a avenida Tocantins deve ser pensada como modelo de mobilidade em que os pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência possam circular com segurança durante as suas compras. Esclareceu que para garantir a acessibilidade será preciso padronizar as calçadas e para melhorar o fluxo devem ser instaladas vagas de estacionamento ao longo da avenida. Ao final, manifestou apoio a proposta de apresentada pelo IPUP de tornar a avenida Tocantins em mão única. A oitava inscrita, Sra. Solange Borges, comerciante, discordou da proposta do IPUP de implantar a mão única e acrescentou que o único anseio dos comerciantes é que a ciclovia seja retirada e instalados alguns semáforos. A nona inscrita, Deputada Estadual Vanda Monteiro, relatou que a avenida Tocantins está sobrecarregada e por isso existem muitos acidentes de trânsito. Ao final, opinou que a ciclovia está atrapalhando e que precisa ser retirada para melhorar o trânsito. O décimo inscrito, Vereador Joatan Silva de Jesus, informou que a avenida Tocantins está um caos, tendo em vista a dificuldade para estacionar, e que está esperançoso que o Executivo tomará providências após a realização da audiência pública. O décimo primeiro inscrito, Sr. Tião da Elka, comerciante, manifestou que não concorda com a proposta do IPUP que desviar o tráfego para a Rua 13, tendo em vista que a via não comportaria o volume de veículos. O décimo segundo inscrito, Sr. Jaime Mariano, Secretário da Governadoria, pontou que a audiência pública é a melhor forma de buscar soluções para os problemas que afligem a população, sendo que na ocasião a maioria da população pode ser ouvida. Relatou que o gestor público deve direcionar os recursos públicos para atender o interesse da população. O décimo terceiro inscrito, Sr. Lúcio Campelo, recebeu a palavra e parabenizou o Ministério Público pela iniciativa de realizar a audiência pública. Afirmou que a ciclovia não é utilizada por ciclistas e por isso poderia ser deslocada para a área das calçadas, sendo em vista que atualmente está atrapalhando o tráfego. Pontou que precisa ser feito um estudo para verificar se a Rua 13 comporta o tráfego que seria deslocado da avenida Tocantins. Sugeriu a criação de um acesso às rodovias TO 050 e 010 para que o tráfego da avenida Tocantins seja desafogado. O décimo quarto inscrito, Sr. Neimar Tavares Magalhães, cumprimentou os presentes, relatou que os problemas da avenida Tocantins são antigos, como a falta de padronização das calçadas, de sinalização, semáforos. Informou que entende que a instalação de estacionamento em formato de espinha de peixe poderia aumentar a disponibilidade de vagas necessárias à região. Manifestou que não concorda com a proposta do IPUP de deslocar parte do tráfego para a Rua 13, pois, segundo entende, incomodaria os residentes naquela localidade. A décima quinta inscrita, Sra. Maria do Socorro Leite, manifestou concordância com os pedidos feitos por outros inscritos de instalação de semáforos e instalação de rede de energia elétrica subterrânea, faixa de pedestre e retirada da ciclovia. O décimo sexto inscrito, Sr. Mauro Lacera, manifestou que é contra a implementação do sentido único na Avenida Tocantins e na Rua 13, tendo em vista que ocasionaria a diminuição da clientela do comércio local. Sugeriu a instalação de estacionamento do tipo espinha de peixe e a retirada da ciclovia. A décima sétima inscrita, Sra. Oelma de Melo, Presidente da Associação dos Moradores do Aurenny III, a região de Taquaralto deve ser modelada para receber o pedestre e não para o trânsito de veículos. Afirmou que as intervenções urbanísticas devem ser feitas para priorizar o pedestre. A décima oitava inscrita, Sra. Talita Oliveira, estudante e moradora do Aurenny III, lamentou que muitas pessoas não podem comparecer à audiência pública, tendo em vista que realizada durante o horário comercial. Manifestou discordância da ideia dos comerciantes de retirada da ciclovia da avenida Tocantins e pontou que muitos estudantes utilizar a ciclovia para se deslocar para as escolas. O décimo nono inscrito, Sr. Glayzer Duarte, pontou que todas as partes envolvidas devem ser contempladas na nova proposta da avenida Tocantins, sendo que somente com o consenso dos pedestres e comerciantes, as soluções poderão ser alcançadas. Na sequência foi passada a palavra à Sra. Denise Rech, do IPUP, que convidou os presentes para participarem da audiência pública marcada para a data de 29/05, às 14 horas, no Resolve Palmas, para discutir o Plano de Mobilidade.

Encerrou-se os debates.

Dando continuidade à Audiência Pública, a Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallieta solicitou ao IPUP que apresente até a data de 31/01/2023 um estudo ou projeto preliminar sobre a revitalização da região da Avenida Tocantins.

A Promotora de Justiça leu para os presentes a Resolução 496/Pleno/TCE, prolatado na data de 09/11/2022, que dentre outras providências, declarou irregularidades atos administrativos realizados durante a implantação do Shopping a Céu Aberto e revogou a Cautelar deferida no Despacho 20/18 e autorizou o prosseguimento das obras.

Encerramento: Finalizando a Audiência Pública, a Promotora de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação, dando por encerrada a audiência pública e informou que a gravação do ato está disponível no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CESAF na plataforma Youtube pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=VkJH06rmtTtU>.

Participação: Foi registrada a presença de 53 (cinquenta e três) participantes presenciais.

Esta ata é acompanhada do registro em meio digital de áudio e imagem, da lista de presença, de comunicações recebidas via E-mail, das inscrições para manifestação e perguntas escritas recebidas, que dela fazem parte integrante; 1 - A presente ata será juntada ao Inquérito Civil Público n.º 2021.0006906; 2 - A ata será publicada no sítio eletrônico do MPTO; 3 - A publicação da ata será comunicada por e-mail aos participantes inscritos no endereço eletrônico cadastrado na lista de inscrição; 4 - A ata será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento, na forma do art. 4º, §1º, da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do CNMP. Eu, Renato Kenji Arakaki, Analista Ministerial, lotado na 23ª Promotoria de Justiça, que digitei e subscrevo. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, composta por 07 (sete) laudas, as quais seguem assinadas eletronicamente.

KÁTIA CHAVES GALLIETA

Promotora de Justiça

Palmas, 26 de julho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico

KÁTIA CHAVES GALLIETA

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

	Assinado por : KÁTIA CHAVES GALLIETA como (katiagallieta) Na data : 26/07/2023 17:10:03 SHA-224
--	---

: 759b2ce2993473f8017597ee60b7970ee6c4fa4c3faacd81b1be5a5f

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.

URL

:

<https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura>

[/759b2ce2993473f8017597ee60b7970ee6c4fa4c3faacd81b1be5a5f](https://759b2ce2993473f8017597ee60b7970ee6c4fa4c3faacd81b1be5a5f)